

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.319 - DF (2019/0168850-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : CAR COLLECTION LTDA
AGRAVANTE : ADRIANA FEU FERREIRA DIAS MUNIZ
AGRAVANTE : GUSTAVO FEU FERREIRA DIAS
ADVOGADOS : WALTER JOSE FAIAD DE MOURA - DF017390
SIMONE MARTINS DE ARAÚJO MOURA - DF017540
IGOR DE ARAUJO PERACIO MONTEIRO - DF034499
SABRINA CARDOSO BERNARDO - DF034199
MARIANA RODRIGUES GUERRA - DF037215
AGRAVADO : BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA
ADVOGADOS : FERNANDO ANTONIO FONTANETTI - SP021057
LUIZ GASTAO DE OLIVEIRA ROCHA - SP035365

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. NULIDADE DA CITAÇÃO. AFASTAMENTO. CARTA RECEBIDA POR PESSOA REPRESENTANTE DA EMPRESA. TEORIA DA APARÊNCIA. PRECEDENTES. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. 4. PRETENSÃO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE ATOS EXPROPRIATÓRIOS. SÚMULA 83/STJ. 5. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Na origem, Banco Mercantil do Brasil S.A. interpôs agravo de instrumento decorrente de decisão proferida nos autos da ação de execução de título extrajudicial, a qual fixou os honorários advocatícios em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), ao entendimento de ser suficiente para atender o disposto nos arts. 85, § 2º, e 827 do CPC/2015.

No julgamento do agravo de instrumento, a Sexta Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios decidiu, por unanimidade, dar provimento ao recurso, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 168):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 827 DO NCPC. FIXAÇÃO EM VALOR CERTO E PRÉ-DETERMINADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. O art. 827, *caput*, do NCPC, inovando a redação anteriormente dada ao art. 652-A do CPC/1973, estabeleceu que o juiz, ao despachar a petição inicial da execução por quantia certa, fixará, de plano, valor certo e pré-determinado dos honorários advocatícios, os quais corresponderão a 10% do valor da execução.

2. Por opção legislativa, a fixação dos honorários advocatícios, no caso de execução por quantia certa, não serão mais fixados segundo o prudente arbítrio do juízo (equidade), mas sim pelo valor certo e pré-determinado de dez por cento.

3. A redução deste valor, consoante determina o § 1º do art. 827 do NCPC, somente é possível no caso de integral pagamento, no prazo de três dias, ocasião que os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade.

4. Recurso conhecido e provido.

O agravo interno interposto por Car Collection Ltda. e outros foi improvido por unanimidade pelo TJDF e recebeu a seguinte ementa (e-STJ, fl. 172):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE NULIDADE DE ACÓRDÃO. INDEFERIMENTO. FALTA DE INTIMAÇÃO DA PARTE AGRAVADA. INOCORRÊNCIA. INTIMAÇÃO POR CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO. ENTREGA NA SEDE DA EMPRESA. LOCAL DA CITAÇÃO DEVEDORA PRINCIPAL E SÓCIOS AVALISTAS. AUSÊNCIA DE NULIDADE.

1. Nos termos do inciso II, do art. 1.019 do CPC, ao receber o agravo de instrumento, o relator determinará a intimação da parte agravada por publicação oficial, ou por carta com aviso de recebimento (AR), quando não tiver advogado constituído nos autos.

2. Não há nulidade no agravo de instrumento contra o despacho inicial do processo de execução, quando a carta com AR, intimando os agravados para responder o recurso, é entregue na sede da empresa recorrida, que figura como devedora principal do título executivo, e onde esta e os co-executados foram localizados para serem citados no processo de execução.

3. Agravo interno desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 193-201).

Nas razões do recurso especial, os recorrentes, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegaram, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 9º, 269, 281, 489, IV, 927, 932, V, 1.019, II, e 1.022 do CPC/2015, ao argumento de omissão e falta de fundamentação no acórdão recorrido acerca dos seguintes

pontos: a) nulidade do acórdão proferido no julgamento do agravo de instrumento por ausência de citação dos recorrentes; e b) necessidade de suspensão da demanda em decorrência do deferimento da prorrogação do prazo concedido pelo Juízo universal.

Além disso, aduziram a nulidade do acórdão recorrido, tendo em vista deficiência na intimação dos recorrentes para que pudessem apresentar contrarrazões, a fim de assegurar o exercício do contraditório e da ampla defesa. Ademais, afirmaram que a necessidade de intimação foi objeto de apreciação por esta Corte Superior sintetizado nos Temas repetitivos n. 376 e 377/STJ.

Por fim, defenderam a suspensão do processo até a homologação do plano de recuperação judicial da primeira recorrente.

As contrarrazões não foram apresentadas (e-STJ, fl. 290).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial ante a falta de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, bem como pela incidência das Súmulas 7 e 211 do STJ e 282 do STF.

Brevemente relatado, decido.

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão dos recorrentes.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

Outrossim, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não

configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

É o que se extrai do seguinte trecho dos embargos de declaração (e-STJ, fls. 197-200 – sem grifo no original):

Consoante relatado, trata-se de embargos de declaração opostos por CAR COLLECTION LTDA., ADRIANA FEU FERREIRA DIAS MUNIZ e GUSTAVO FEU FERREIRA DIAS, em face do acórdão que negou provimento ao agravo interno interposto contra decisão singular que rejeitou arguição de nulidade por falta de intimação dos recorrentes para responder o agravo de instrumento interposto pelo BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A, em que vindicava a fixação de honorários no despacho inicial da execução originária de acordo com o disposto no art. 827, *caput*, do CPC.

Em que pese a pretensão aclaratória manifestada, da simples leitura do acórdão embargado afere-se que não padece dos vícios que lhe foram imputados.

Os embargos de declaração têm cabimento apenas quando houver erro de fato, contradição, omissão ou obscuridade no ato judicial, conforme preceitua o art. 1.022 do CPC.

No caso em espécie, observa-se que o v. acórdão impugnado expressamente se manifestou acerca das questões necessárias para firmar a convicção exarada no julgado, não havendo vício a ser sanado pela via aclaratória.

Não há omissão na fundamentação exposta no acórdão quanto a alegada violação dos preceitos legais e precedentes de corte superiores que impõem a intimação da parte recorrida para responder agravo de instrumento, pois o acórdão reputou atendida essa formalidade, com a entrega de carta intimatória no estabelecimento comercial da primeira recorrente.

De fato o acórdão é claro e objetivo ao afirmar que a intimação para responder o recurso do embargado foi observada na fase inicial do agravo de instrumento, pois a carta com aviso de recebimento foi entregue no estabelecimento comercial da primeira recorrente, onde esta e os demais embargantes foram citados na execução originária.

E o acórdão destaca, inclusive, que o endereço onde foi cumprida a intimação pessoal por carta com aviso de recebimento é o mesmo e único endereço informado pelos recorrente nas manifestações exaradas nos autos.

Assim a conclusão do acórdão é de que foi consumada a intimação pela entrega da correspondência intimatória no único endereço onde os recorridos foram encontrados para citação, destacando expressamente que o recebimento da carta por preposto da empresa é válido, consoante entendimento sedimentado no STJ.

Confira-se, a propósito, a literalidade dos fundamentos expostos no acórdão embargado:

"No caso dos autos, não há nulidade, pois foi atendido o comando exarado no referido dispositivo legal, já que foi

expedido mandado de intimação para os endereços informados pelos ora recorrentes no contrato objeto da execução originária e que foram indicados para fins de citação.

O objeto do agravo de instrumento era o restabelecimento do comando do art. 827 do CPC, fixando honorários advocatícios legais no despacho inicial da execução, antes da citação dos devedores.

Assim, correta a determinação inicial exarada no ID. 1141974, para intimação dos agravados, por carta com aviso de recebimento, nos endereços indicados no título executivo e fornecidos para fins de citação.

E o mandado de intimação foi recebido na sede da empresa agravada, que figura como devedora principal do título executivo, e onde esta e os co-executados foram localizados para serem citados no processo de execução.

De fato, afere-se que a primeira recorrente é empresa da qual os dois outros agravantes são sócios e avalistas, e que todos foram citados no endereço fornecido no contrato objeto da execução e indicados na peça de interposição do agravo de instrumento para fins de citação.

Nesse sentido, consta do ID. 4032760 - Pág. 5 que os três agravados foram citados na execução originária em 10/02/2017 e 17/03/2017, na sede da primeira recorrente, situada no SIA, trecho 4, lote 530, PT. 2, Zona Industrial, Guará/DF.

E a carta com aviso de recebimento foi entregue no mesmo endereço onde funciona a sede da empresa recorrente, sendo recebida em 21/02/2017 por preposto que se identificou como Marcelo Eduardo, conforme consta do ID. 1405667 - Pág. 2.

Assim, ainda que tenham voltados sem cumprimento as cartas intimatórias enviadas aos endereços residenciais dos sócios e avalistas, conforme informados no contrato, o ato intimatório restou aperfeiçoado.

Ora, a segunda e o terceiro recorrentes teriam mudado de residência (ID. 1319173 E 1405790), mas não indicam o local de seus endereços, e ambos foram localizados na sede da primeira recorrente, onde se aperfeiçoou a citação da execução intimação para contrarrazoar o agravo de instrumento (ID. 4032760 - Pág. 5).

Chama atenção, ainda, que nas duas manifestações exaradas no presente recurso os ora recorrentes se remeteram ao endereço indicado na qualificação já apresentada pelo banco recorrido, (ID. 3377003 - Pág. 1 e ID. 5205843 - Pág. 1).

E na procuração outorgada ao seu patrono, a primeira recorrente, representada pela segunda, indica como endereço o mesmo local onde foi cumprida a carta de intimação para responder o agravo de instrumento (ID. 4032746 - Pág. 1).

E não há dúvidas de que é válida a intimação por carta com aviso de recebimento entregue na sede da empresa a ser intimada, ainda que recebida por preposto sem poderes de

representação, consoante há muito sedimentado na jurisprudência pátria, consoante assegura o seguinte precedente do STJ:

(...)

Ou seja, frustrada a intimação nos endereços residenciais de que se tinha notícias, o ato foi consumado na sede da empresa que é domicílio comercial de todos os embargantes, único endereço conhecido, onde foram citados, mediante carta com aviso de recebimento entregue a preposto presente no local.

Assim, não houve violação aos artigos não vendo violação aos "Temas Repetitivos n.º 376 e 377 do STJ e os artigos 5º, XXXVI, LV, da CF, 6º da LINDB, 9º, 269, 281, 932, V, 927, III e 1.019, II, do Código de Processo Civil", como sustenta a recorrente.

Válida a intimação pessoal endereçada ao domicílio comercial dos recorrentes, onde foram citados, e único endereço conhecido nos autos, eventual impossibilidade de questionar o decidido no julgamento do agravo instrumento é mera consequência de não terem atendido à intimação e se manifestado no processo.

E a certificação do trânsito em julgado do acórdão não é fundamento capaz de elidir a conclusão exarada no *decisum*, de que foi válida a intimação dos embargantes.

Também não há vício a ser aclarado em face da alegação de que a execução originária deveria ser suspensa em razão da decretação da recuperação judicial da recorrente, o que representa nítida inovação, inadmissível em sede de embargos de declaração.

Com efeito, no julgamento do recurso, deve o órgão julgador abordar os fundamentos de fato e de direito efetivamente sustentadas pelas partes nas razões de seu inconformismo, e as matérias passíveis de conhecimento de ofício.

No caso dos autos, a tese inovadora ora aventada não guarda qualquer pertinência com a matéria tratada no acórdão embargado, ou mesmo com os agravos de instrumento interposto pelo embargado, não havendo nada a aclarar a esse respeito em sede de embargos de declaração.

Destaco, aliás, que a discussão acerca da possibilidade de suspensão do processo em razão da recuperação judicial a que está submetida a primeira agravante é matéria tratada em outro agravo de instrumento, interposto pelos recorrentes sob o n.º 0709162-79.2018.8.07.0000.

Assim, a matéria também não comporta conhecimento em razão da preclusão consumativa.

Dessa forma, não há omissão ou outro vício a ser sanado quanto ao ponto, pois os embargos de declaração não servem para a reapreciação da matéria julgada, em face da apresentação de teses inéditas pela parte embargante.

Não havendo qualquer omissão a sanar, nota-se claramente que o desiderato do presente recurso é rediscutir a própria demanda, o que se mostra inviável pela via eleita.

Se os embargantes não concordam com a fundamentação expendida

no v. acórdão embargado - afinal, as decisões judiciais nem sempre satisfazem os interesses daqueles que procuram o Judiciário -, e já que a questão não comporta solução pela via estreita e bem definida dos embargos de declaração, deve a irresignação, se o caso, ser deduzida por meio de outra via.

Dessa forma, revela-se inadequada a via eleita pela parte para se insurgir contra o acórdão que lhe foi desfavorável, devendo ser rejeitada a pretensão declaratória agitada.

Por fim, destaco que o pedido de substituição da embargada pela sua sucessora processual habilitada nos autos de origem é matéria processual posterior ao acórdão, que não justifica o acolhimento da via aclaratória.

Contudo, aferido no processo eletrônico de origem que houve a alteração do credora do pólo passivo dos embargos à execução de em 25/07/2018, mostra-se oportuna a determinação de correção do pólo passivo do vertente recurso.

Diante do exposto, rejeito a pretensão aclaratória e nego provimento aos embargos de declaração, mantendo íntegro o acórdão recorrido.

Desse modo, atentando-se aos argumentos trazidos pelos insurgentes e aos fundamentos (acima destacados) adotados pela Corte estadual, verifica-se que estes não foram objeto de impugnação específica nas razões do recurso especial. Assim, a manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, o que impede o conhecimento do recurso especial por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

A propósito:

RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL FUNDADO NAS ALÍNEAS "A" E "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. TESES SUSTENTADAS NO APELO RARO. NÃO CONHECIMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282, 283 E 284 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. MITIGAÇÃO. DISSÍDIO NOTÓRIO. INEXISTÊNCIA. INVIABILIDADE.

1. Nos casos em que o recurso especial é interposto tanto pela alínea a quanto pela alínea c do permissivo constitucional e tendo sido obstado o conhecimento do recurso pela incidência das Súmulas 282, 283 e 284 do STF quanto às teses sustentadas nas razões recursais, observe-se que o mesmo óbice imposto à admissão do recurso pela alínea a impede a análise recursal pela alínea c em relação à mesma matéria, restando prejudicada a apreciação do dissídio jurisprudencial.

Precedentes: AgRg no REsp 1.317.052/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2013; e AgRg no REsp 1400881/CE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 14/03/2016.

2. Não é possível conhecer do dissídio jurisprudencial na hipótese em que o recurso não se amolda às exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, ou seja, quando a parte recorrente não procede ao necessário cotejo analítico entre os julgados, deixando de evidenciar o ponto em que os acórdãos confrontados, diante da mesma base fática, teriam adotado a alegada solução jurídica diversa, bem como quando ausente a similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados, impedindo, inclusive, o reconhecimento da divergência notória, o que não é o caso dos autos. Precedente: AgRg no REsp 1463382/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 22/03/2017.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.254.719/AL, Rel. Ministro **SÉRGIO KUKINA**, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 6/3/2018 - sem grifo no original)

Além disso, a jurisprudência consolidada desta Corte se firmou no sentido de considerar válida a citação/intimação de pessoa jurídica recebida por quem se apresenta como representante legal da empresa, sem nenhuma ressalva sobre a inexistência de poderes para representar em juízo.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONHECIMENTO. NULIDADE CITAÇÃO NÃO RECONHECIDA. CONTESTAÇÃO INTEMPESTIVA. PROVA INEQUÍVOCA NÃO COMPROVADA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O acolhimento da pretensão recursal de que a citação teria ocorrido em nome de representante de empresa diversa da recorrente, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias dos autos, com o revolvimento de provas, procedimento vedado nesta via recursal, ante o teor do enunciado sumular n. 7 deste Tribunal.

2. O entendimento da Corte estadual está em harmonia com o posicionamento desta Corte, que adota a teoria da aparência, segundo a qual se considera válida a citação, bem como a intimação em geral na pessoa de quem se apresente perante o oficial de justiça sem manifestar qualquer ressalva quanto à inexistência de poderes para representá-la.

3. Ao repisar os fundamentos do recurso especial, a parte agravante não trouxe, nas razões do agravo regimental, argumentos aptos a modificar a decisão agravada, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 537.988/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 9/12/2014, DJe 17/12/2014, sem grifo no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CITAÇÃO VÁLIDA. CARTA RECEBIDA POR PESSOA QUE DIZ SER REPRESENTANTE DA EMPRESA CITADA. APLICAÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA. CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.

1. **Conforme entendimento firmado pela Corte Especial, considera-se válida a citação de pessoa jurídica recebida por quem se apresenta como representante legal da empresa, sem qualquer ressalva sobre a inexistência de poderes para representar em juízo (AgRg nos EREsp n. 205.275/PR, Relatora Ministra ELIANA CALMON, CORTE ESPECIAL).**

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

3. O Tribunal de origem, com base nos elementos de prova dos autos, concluiu que a citação foi recebida por pessoa que se apresentou como representante legal, sem qualquer ressalva. Rever tal conclusão demandaria o reexame dos fatos e das provas dos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, em razão da referida súmula.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 140.964/MG, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 28/5/2013, DJe 5/6/2013)

Portanto, inviável o recurso especial se o acórdão recorrido se alinha com o posicionamento sedimentado na jurisprudência do STJ, conforme o que dispõe a Súmula 83 desta Corte Superior.

Ademais, em relação à suspensão do feito, impende registrar que, nos termos da jurisprudência desta Corte, não se suspende o processo, em razão do deferimento do processamento da recuperação judicial, quando não se constata a possibilidade de atos expropriatórios, como no presente caso.

Confirmam-se:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA E DO ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE.

Superior Tribunal de Justiça

(...)

3. Caso em que incabível a suspensão do processo em razão do deferimento do processamento da recuperação judicial, haja vista que afastada a prática de atos expropriatórios, o que recomenda o prosseguimento do feito, conforme ressalva prevista no artigo 6º, §§ 1º e 3º, da Lei 11.101/2005. Precedentes.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.679.700/SC, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 10/4/2018, DJe 18/4/2018)

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator